



24° ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

**A GESTÃO DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS: ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS EM PRESERVAÇÃO
ATRAVÉS DO SISTEMA DE COMPRAS PÚBLICAS**

***THE MANAGEMENT OF UNIVERSITY MUSEUMS: ANALYSIS OF INVESTMENTS IN
PRESERVATION THROUGH THE PUBLIC PURCHASING SYSTEM***

Bruno Melo de Araújo – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)¹

Emanuela Sousa Ribeiro – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)²

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Museus universitários desempenham um papel crucial nas universidades e na sociedade brasileira, ganhando atenção especialmente após o incêndio do Museu Nacional em 2018. Estudos e regulamentações, como o Acórdão nº1.243/2019 do TCU, visam melhorar a gestão e segurança desses museus. A pesquisa enfocou estudo dos investimentos das universidades federais em museus sobre sua tutela através do sistema de compras públicas federais. A análise dos dados de compras públicas pode revelar investimentos e lacunas na gestão dos museus universitários, promovendo a adoção de práticas padronizadas e eficientes para a preservação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: museus universitários; gestão; compras públicas.

Abstract: University museums play a crucial role in universities and in Brazilian society, gaining attention especially after the fire at the National Museum in 2018. Studies and regulations, such as TCU Agreement nº1.243/2019, aim to improve the management and security of these museums. The research focused on the study of investments by federal universities in museums under their supervision through the federal public procurement system. The analysis of public procurement data can reveal investments and gaps in the management of university museums, promoting the adoption of standardized and efficient practices for the preservation of cultural heritage.

Keywords: university museums; management; public purchases.

¹ E-mail: bruno.meloaraujo@ufpe.br

² E-mail: emanuela.ribeiro@ufpe.br .

1 INTRODUÇÃO

Museus universitários integram as práticas típicas das universidades e desempenham um papel social importante (Ribeiro; Segantini; Granato, 2019, p. 54). A gestão desses museus tem ganhado relevância, especialmente após o incêndio do Museu Nacional em 2018, que destacou a existência de mais de 400 museus universitários no Brasil. A produção acadêmica sobre museus universitários tem crescido, com estudos específicos e diagnósticos amplos como o estudo realizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Handfas, 2018; Silva *et al.*, 2020; Abalada, Granato, 2019). O Tribunal de Contas da União, através do Acórdão nº 1.243/2019, definiu atribuições a diversas instâncias da administração pública e, sobretudo, determinou ao Ministério da Educação “que desenvolva, com o apoio do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), mecanismos de supervisão, de coordenação e de orientação dos museus sob responsabilidade das universidades federais, em especial no que concerne à segurança dos prédios e dos acervos de seus museus” (Brasil, 2019).

A diversidade e dispersão dos museus universitários dificultam a implementação das diretrizes apresentadas pelo instrumento jurídico devido à falta de pessoal, orçamento e a diversidade de medidas necessárias. É essencial criar mecanismos que sistematizem práticas para que as universidades possam planejar e executar ações de conservação e proteção do patrimônio. Nesse sentido, nossa reflexão para esta publicação visa analisar o sistema de compras públicas federais, a fim de compreender como diferentes Instituições Federais de Ensino realizaram ou realizam a aquisição de itens necessários para a realização de atividades que garantam a preservação dos bens culturais.

Diversos estudos comprovam que a existência de regulamentação federal acerca da obrigatoriedade de manutenção dos bens musealizados – a lei 11904/2009, Estatuto dos Museus – não é suficiente para garantir a preservação dos bens culturais existentes nos museus existentes nas universidades, conforme atestam estudos realizados na Universidade de São Paulo (Almeida, 2001), na Universidade Federal da Bahia (Marques; Silva, 2011) e na Universidade Federal de Pernambuco (Silva Filho, 2013; Oliveira, 2015).

Em pesquisa acerca dos mecanismos jurídicos mais gerais sobre esta temática (Ribeiro, 2016) outros autores concluíram que, do ponto de vista estritamente legal,

[...] a Administração Pública já possui meios para a realização de, pelo menos, algumas ações básicas de salvaguarda destes bens, destacando-se, especialmente as ações de controle patrimonial contábil, que devem

acompanhar o ciclo de vida dos bens adquiridos pelas instituições de direito público.

Assim, tanto pelo viés da responsabilidade para com os direitos culturais, quanto pelo viés da responsabilidade de bem administrar os bens público, não pode o Estado descuidar da gestão destes bens, sob pena de ferir os direitos fundamentais dos cidadãos a um meio ambiente cultural equilibrado e os princípios básicos da Administração Pública (Ribeiro, 2016, p. 68).

Ou seja, podemos afirmar que já existem pesquisas que realizaram o diagnóstico exploratório dos museus universitários, assim como, já existem pesquisas que apontam a responsabilidade do Estado acerca desses museus, além daquelas pesquisas que realizam a apresentação de *cases* relativos a temas específicos (Handfas, 2018; Silva *et al.*, 2020; Abalada; Granato, 2019).

Nosso ponto de partida para realização da pesquisa foi a revisão sistemática na literatura nacional e internacional e em estudos de gestão pública de: modelos de gestão de risco no setor público e na área da gestão da cultura; indicadores de performance estrutural, conceitual e contextual em museus universitários; processos e procedimentos de gestão de museus na área de conservação e proteção patrimonial em museus. Este levantamento esteve restrito aos eixos estrutural-funcional e normativo-financeiro da gestão de museus universitários, foco principal do projeto.

O segundo passo foi o estabelecimento do universo e da amostra a ser objeto da pesquisa. Para tanto, foram utilizados os dados disponíveis em projetos já concluídos, que se encontram disponíveis on-line³, assim como bases de dados públicas sobre museus⁴ no Brasil. Estima-se que foram realizadas pesquisas em museus de todas as 63 universidades federais no país.

Uma vez delimitado o recorte da pesquisa, foram utilizados os painéis de compras públicas para identificar aquisições realizadas para as unidades gestoras intituladas museus. Trata-se de dados abertos, disponibilizados em ferramentas disponíveis para cidadãos e para fornecedores de compras públicas. Foram utilizados, prioritariamente os dados disponíveis no Painel de compras do governo federal: “As informações do painel são extraídas dos sistemas

³ Principalmente o Mapa de Museus Universitários no Brasil (<https://indd.adobe.com/view/44e9e5e0-0c20-4bd0-936a-3ab0e14900a1>) e a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (<http://rbcmu.com.br/>).

⁴ A principal fonte pública de informações é Rede Nacional de Identificação de Museus (<https://renim.museus.gov.br/bem-vindo-a-museus-br-a-maior-plataforma-de-informacoes-sobre-os-museus-existent-no-brasil/>)

de compras do governo, carregando dados do ano corrente e dos 4 anos anteriores. As informações exibidas no Painel não alteram a execução da despesa e, portanto, não impactam o gasto público”⁵.

2 DADOS SOBRE AS COMPRAS PÚBLICAS PARA OS MUSEUS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS

Os estudos e levantamentos sobre os museus universitários realizados nos últimos anos, tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito da gestão pública, apresentam diversos diagnósticos, contudo, ainda há necessidade de melhor conhecer as motivações e eventuais ferramentas de gestão que são utilizadas pelos gestores de museus, a fim de compreender se as decisões de gestão estão efetivamente relacionadas com as necessidades das instituições ou vinculam-se a outros fatores, como, por exemplo, a oportunidade apresentada por editais das agências de fomento, a carreira dos docentes que fazem a gestão destes museus, as políticas internas das IFES, entre outros.

Portanto, é necessário ainda realizar um longo caminho de diagnóstico institucional, em uma área onde os dados e indicadores são escassos e imprecisos tanto no que diz respeito ao investimento público, quanto nos resultados das poucas políticas públicas aplicadas. Neste contexto, o sistema de compras públicas do governo federal tornou-se uma possível fonte de dados que ainda não foi utilizado na pesquisa sobre gestão de museus universitários, e pode, potencialmente, apresentar um panorama efetivo dos investimentos públicos no setor ou, até mesmo, a falta deles. Deste modo, tornou-se relevante analisar os investimentos efetivamente realizados.

Optamos por utilizar como parâmetro inicial os itens indicados para conservação e restauração, pois são amplamente conhecidos e bem descritos nas compras públicas. Além disso, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) recomenda esses itens em seu curso "Conservação Preventiva para Acervos Museológicos". Esta escolha facilita a padronização dos materiais necessários para a preservação do patrimônio museológico e garante a utilização de produtos aprovados por especialistas na área.

Para assegurar a abrangência e a precisão da nossa lista, também consideraremos outras publicações técnicas relevantes, tal como Cadernos CBPA, Manual de Conservação Preventiva (Cassares, 2000). Estas serviram tanto para referendar os itens indicados pelo

⁵ Disponível em: <http://paineldecompras.economia.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

IBRAM quanto para complementar a lista com materiais adicionais que possam ser necessários para a conservação e restauração dos acervos.

Foi fundamental separar os itens em duas categorias principais: materiais de consumo e materiais permanentes. Materiais de consumo incluem itens que são utilizados e substituídos com frequência, como produtos de limpeza, materiais de embalagem e conservação temporária. Materiais permanentes, por outro lado, englobam equipamentos e ferramentas que têm uma durabilidade maior e são utilizados de forma contínua nos processos de conservação e restauração.

Adicionalmente, optamos por não pesquisar os serviços vinculados a esses bens no momento. Isso se deve à nossa ênfase em estabelecer uma lista sólida e completa de materiais necessários para a conservação preventiva, antes de considerar os serviços especializados que possam ser contratados.

Figura 1 – Extrato de levantamento de dados

Estado	Universidades Federais	Museus	Elementos de despesas (por grau de grandeza)	Tipos de compras por acervo	Gasto mais comum	Observações	Condição do Museu
MG	UFMG(Universidade Federal de Minas Gerais) Institucionalizada como coordenadoria da Pró-Reitoria de Extensão, a Rede de Museus a partir da gestão de seu programa de extensão e de editais que distribuem recursos e bolsas de extensão e iniciação científica (em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa) realizam suas atividades	Museu de História Natural e Jardim Botânico	Material permanente:R\$0	-	Material de Consumo	-O museu guarda um tesouro da arte popular: o Presépio do Pipiripau. Ele também abriga exposições permanentes de Arqueologia, Mineralogia e	Boa
			Material de consumo:R\$6842,00	-Tinta acrílica (20x)Baldes 18L) e Selador (5xLata 18L)			
			Serviços: R\$5.950,00+R\$3.216,30=R\$9.166,30	-Manutenção de Gerador Elétrico, Serviços de Plotagem(2x)			
			Outros: R\$ 810.810,81	-Projeto educacional			
		Centro de Memória da Engenharia	Material permanente:R\$0	-		-A Associação dos Ex-Alunos da Escola de Engenharia da UFMG criou o Centro da Memória da Engenharia em 1993, constituído pelo Museu. Em programas de fomento à pesquisa do CNPq e da FAPEMIG, bem como das diretoras da Escola, nas gestões de 1994-1998 e 1998-2002.	Mediana
			Material de consumo:	-			
			Serviços:	-			
			Outros:	-			
		Centro de Memória da Escola de Enfermagem	Material permanente: R\$187+R\$141=R\$308,00	-Papel cartão (100x) (100x)	Material permanente		Boa
			Material de consumo:				
			Serviços:				
			Outros:				

Fonte: Autores (2024).

Os dados foram estruturados por instituições e espaços museais, sempre que possível vinculando processos de compra de materiais específicos para os museus. Identificamos os elementos das despesas, tipos de compras por acervo/unidade museal e associamos essas informações aos dados já registrados de pesquisas anteriores consolidadas. Essa abordagem permitiu uma análise mais detalhada das práticas de aquisição e gestão de materiais nos museus universitários.

Durante a análise, identificamos dificuldades em associar diretamente as aquisições às unidades museais, evidenciando um problema estrutural na gestão orçamentária dessas

instituições. Em muitos casos, as compras são realizadas por unidades gestoras maiores, como reitorias ou pró-reitorias, uma vez que a maioria dos museus não possui autonomia administrativa e financeira para gerenciar seus próprios recursos. Essa centralização, embora possa otimizar processos em termos de economia de escala, frequentemente resulta em desafios significativos para a adequação e especificidade dos materiais adquiridos. Os museus, com suas demandas singulares para conservação, pesquisa, e exibição, necessitam de itens que atendam a critérios técnicos e patrimoniais específicos, como insumos para a preservação de acervos, equipamentos de monitoramento ambiental e materiais expositivos adequados. A falta de alinhamento entre as compras centralizadas e as necessidades específicas das unidades museais pode comprometer a eficácia de ações de preservação e divulgação, além de limitar a capacidade dos museus de cumprir plenamente suas funções institucionais. Portanto, é crucial considerar estratégias que promovam uma gestão mais descentralizada ou, ao menos, uma maior comunicação e integração entre as unidades gestoras e as unidades museais, assegurando que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente e em consonância com as demandas particulares de cada instituição.

Entretanto, instituições como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) se destacam como exceções a esse cenário. A UFMG adota um modelo de gestão mais descentralizado, que confere aos seus museus maior autonomia na execução de seus orçamentos. Acreditamos que esse arranjo pode facilitar a aquisição de materiais específicos e adequados para a conservação e restauração dos acervos, respondendo de forma mais eficiente às demandas singulares de cada unidade.

Apontamos ainda, que o compartilhamento de soluções e a possibilidade de execução orçamentária conjunta entre museus representam caminhos promissores para enfrentar esses desafios. A criação de consórcios ou redes de colaboração entre museus universitários pode viabilizar compras em escala, reduzindo custos e assegurando a obtenção de insumos mínimos necessários para atividades de conservação e preservação. Além disso, essas parcerias podem favorecer a troca de conhecimentos e práticas bem-sucedidas, fortalecendo a capacidade de resposta dos museus às suas necessidades operacionais e contribuindo para a sustentabilidade e aprimoramento da gestão patrimonial no âmbito acadêmico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfoque da pesquisa permitiu compreender a lógica de organização do sistema de compras públicas e, mais diretamente, os processos que possam subsidiar a aquisição de itens para os museus. Este entendimento é crucial para otimizar a seleção e a compra de materiais essenciais para a conservação e restauração dos acervos museológicos, garantindo que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma eficiente e transparente.

Além disso, ao seguir as recomendações do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e complementar com outras referências técnicas, pretendemos contribuir significativamente para o compartilhamento de procedimentos. Este alinhamento com as melhores práticas do setor é fundamental para assegurar a qualidade e a consistência nas ações de conservação preventiva. A utilização de parâmetros bem definidos e reconhecidos por entidades especializadas promove uma padronização que pode ser replicada por outras instituições museológicas, potencializando o impacto positivo das práticas adotadas.

A integração de múltiplas fontes de conhecimento e recomendações permite uma abordagem mais robusta e abrangente. Considerando a diversidade de acervos e as especificidades de cada museu, é essencial que os procedimentos de aquisição e uso de materiais sejam flexíveis e adaptáveis às necessidades particulares de cada instituição. Dessa forma, garantimos que as práticas de conservação não só atendam aos padrões de qualidade exigidos, mas também sejam eficazes na proteção e preservação dos variados tipos de acervos.

A pesquisa, ao desvendar a organização do sistema de compras públicas, fornece uma base sólida para a elaboração de políticas e estratégias de aquisição que possam ser adotadas por outros museus. A aplicação prática deste conhecimento ajuda a minimizar os riscos associados à conservação inadequada e maximiza a longevidade e integridade dos acervos museológicos.

Em resumo, a combinação das recomendações do IBRAM com outras referências técnicas, aliada ao entendimento aprofundado do sistema de compras públicas, não só aprimora as práticas internas de conservação dos museus, mas também oferece um modelo eficiente e replicável para outras instituições do setor, promovendo uma cultura de excelência e sustentabilidade na preservação do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ABALADA, V. E. T. M.; GRANATO, M. Museus universitários brasileiros e patrimônio cultural de ciência e tecnologia: resultados iniciais de seu mapeamento e relação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121704>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e coleções universitários**: por que museus de arte na Universidade de São Paulo. 2001. Tese (Doutorado em Ciências da Informação e da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, 2001.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (plenário). Acórdão 1243/2019. Processo 041.083/2018-0. Relator: André de Carvalho, 29 maio 2019. **TCU**: pesquisa integrada. Brasília: TCU, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordaoCompleto/Ac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%25201243%2520F2019%2520/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%2520C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520?uuid=f8a60820-f579-11ea-a2bb-97a72448d391>. Acesso em: 13 jun. 2024

GRANATO, M.; SANTOS, F. P. Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: resultados do levantamento nacional de objetos de C&T. *In: ARAÚJO, B. M.; RIBEIRO, E. S. Cadernos do Patrimônio Cultural de C&T*: pesquisa, acervos e instituições. Recife : Editora UFPE, 2015. p. 7-45.

HANDFAS, Ethel Rosemberg. **O patrimônio cultural de ciência e tecnologia nas universidades: os objetos e coleções da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MARQUES, Roberta Smania; SILVA, Rejâne Maria Lira da. O Reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA. *Museologia e Patrimônio. Museologia e Patrimônio*: revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 63-84, 2011. Disponível em: <http://revista.museologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/149/151>. Acesso em: 22 jun. 2023.

OLIVEIRA, Maria Creuza Bezerra de. **Panorama da gestão de museus da Universidade Federal de Pernambuco no período de 2004 a 2014**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/16156/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20VE RS%C3%83O%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jun. 2024.

RIBEIRO, E. R.; SEGANTINI, V. C.; GRANATO, M. Museus e patrimônio cultural universitário: discutindo conceitos e promovendo parcerias e articulações. *In: ARAÚJO, B. M. de*;

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

SEGANTINI, V. C.; MAGALDI, M.; HEITOR, G. K. M. (org.). **Museologia e suas interfaces críticas**: museu, sociedade e os patrimônios. Recife: Ed. UFPE, 2019. p. 51-65.

RIBEIRO, Emanuela. **Responsabilidade civil do estado sobre o patrimônio cultural de ciência e tecnologia e o patrimônio universitário**: análise crítica frente à gestão realizada pela Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Católica de Pernambuco, 2016.

SILVA FILHO, Arlindo Francisco. **Patrimônio, Memória, Ciência e Tecnologia**: gestão do patrimônio cultural de ciência e tecnologia do Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, C. M. da; FERNANDES, G.; MARANDINO, M.; SILVA, M. C. da. Dossiê Museus Universitários: patrimônio, experiências e reflexões. **Revista CPC**, São Paulo, v. 15, n. 30 esp., p. 7-11, 2020. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v15i30espp7-11. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/182088>. Acesso em: 3 jun. 2024.